



## GABINETE DA VEREADORA PERPÉTUA DANTAS

### EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 9140/2021 .

**Ementa:** Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 9140/2021, que estima receita e fixa despesa do Município de Caruaru para o exercício financeiro de 2022.

**Projeto/Atividade onde as despesas serão acrescidas/alteradas:** Acrescentar na dotação orçamentária que segue:

<b>Órgão orçamentário</b>	28000 - SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA	
<b>Unidade Gestora</b>	2 - Prefeitura Municipal de Caruaru	
<b>Unidade Orçamentária</b>	28001 - SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA	
<b>Funcional Programática</b>	2 . 28001 . 4 . 122 . 406 . 1.177 Construção e/ou reforma de espaços e Aquisição de Imóveis, materiais e equipamentos destinados a Secretaria de Ordem Pública	
<b>Categoria Econômica</b>	4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente	R\$ 50.000,00
	4.4.90.51- Obras e instalações	R\$ 20.000,00
<b>Fonte de Recursos</b>	1 101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprio	
<b>Importância de:</b>	R\$ 70.000,00	

**Projeto/Atividade onde as despesas serão deduzidas:** Os recursos são provenientes da anulação parcial de igual valor na Dotação Orçamentária que segue:

<b>Órgão orçamentário</b>	23000 - SECRETARIA DE GOVERNO	
<b>Unidade Gestora</b>	2 – Prefeitura Municipal de Caruaru	
<b>Unidade Orçamentária</b>	23001 - SECRETARIA DE GOVERNO	
<b>Funcional Programática</b>	1260 - 2 . 23001 . 4 . 131 . 408 . 2.104 . 0 . 339039- Desenvolvimento das Ações de Imprensa e Comunicação Institucional	
<b>Categoria Econômica</b>	3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
<b>Fonte de Recursos</b>	1 101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprio	



## **GABINETE DA VEREADORA PERPÉTUA DANTAS**

### **Justificativa da Emenda:**

A Secretaria de Ordem Pública tem obrigação de gerir a Guarda Municipal e várias atividades de fiscalização no âmbito do espaço urbano. Dessa forma, torna-se de fundamental importância a garantia de mais recursos públicos para que a execução do trabalho de ordem pública tenha eficiência no cumprimento do seu papel. É importante destacar a necessidade urgente de pessoas que atuam na fiscalização, evitando assim enfrentamentos e violação de direitos dos fiscais para os com os fiscalizados.

A presente emenda se encontra em conformidade com os artigos 193 e 194 do Regimento Interno, artigo 96 da Lei Orgânica do Município e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei 6745-2021).

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2021.

**VEREADORA PERPÉTUA DANTAS**